

Literatura Popular: Em torno de um conceito ¹

Manuel Viegas Guerreiro (1986)

Vivemos sob o signo do povo: em política, em sociologia, em religião e até nos domínios da arte. Os governantes são do povo e para o povo. *Tudo pelo povo*, onde antes estava *pela nação*. Os sociólogos buscam servi-lo, não é outra a doutrina social da Igreja. A arte popular ganha força e prestígio.

Os espíritos, cansados de um geometrismo modelar, de regularidades, cortesias e requintes de uma ordem burguesa, de um progressismo técnico e frustrante, como que regressam a um mundo mais autêntico, menos sofisticado, mais directamente expressivo. Eis-nos como que chegados a um segundo romantismo. Mas significa isso que se conheça melhor o povo, que tenha havido um esforço sério para o entender em seu pensamento, em suas manifestações artísticas? Creio bem que não. Nem o seu saber se preza, nem a sua arte ultrapassa os limites da singeleza, da ingenuidade, de uma santa ignorância, o que agora, sim, e com outro empenho se procura corrigir. E multiplicam-se as campanhas de educação de adultos, de dinamização cultural. Só que a informação que se lhe quer levar, que os *mass-media* levam, é a de uma cultura tida por superior, que violentamente lhe é imposta, em vez de se aproveitarem as virtualidades da sua; por outras palavras, comete-se uma agressão, pretende-se uma aculturação impossível.

Este o quadro geral de ideias que, suponho, servirá a matéria do meu discurso.

Literatura vem de *littera*, letra, e significou conjunto de letras, o alfabeto, a escrita, a gramática e daí instrução em geral, erudição, saber e também mensagem de arte traduzida pela palavra escrita e o conjunto de obras literárias.

A designação de *Literatura Popular*, literatura do povo, associa uma entidade social que as mais das vezes não usa a escrita para representar a sua arte verbal. E, se assim é, o vocábulo literatura, no seu sentido próprio, não serve bem o fenómeno a que se aplica. Pela oralidade que o caracteriza chama-se-lhe também *literatura oral*, expressão que, segundo Paul Zumthor, foi inventada em 1881 pelo notável folclorista francês Paul Sébillot². Mas *literatura oral* contém uma contradição nos termos, além de que, abusivamente, exclui do seu âmbito as composições escritas.

Outra designação é a de literatura tradicional. E esta se nos afigura mais desajustada ainda do que as anteriores. Tradicional significa o que é transmitido de geração em geração, o que vem de longe, que tem uma certa duração no tempo e vai nele vivendo. Teremos, por isso, que eliminar a invenção recente que ainda não passou à voz do povo ou que, por ela passando, com pouca demora, se poderá extinguir.

Dizer *literatura oral e tradicional* é juntar os dois adjectivos sem anular a referida contradição e com exclusão da sua parte escrita.

¹ Publicado, em versão em francês, in *Litterature Orale Traditionnelle Populaire*. Actes du Colloque, Paris 20-22 Nov. 1986. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1987. Digitalizado e revisto por Domingos Morais em Novembro de 1999

² *Introduction à la Poésie Orale*, Paris, Éditions du Seuil, 1983, p. 45.

Mas tornemos à *literatura popular* que, apesar de sua relativa impropriedade, é a de mais extenso significado e a que prefiro. A locução tem dois sentidos: o de produção literária de eruditos destinada ao povo ou que, sem essa intenção o povo adopta - Gramsci até a designa de *literatura popular artística* - e o de obras literárias de invenção popular. E escusado dizer que não estamos a pensar em elaboração colectiva. A obra literária é individual, depois, de boca em boca, de tal modo se conforma com o sentir do seu intérprete, que ele a tem como sua. «Mantém-se o tema fundamental, mas os acidentes mudam e, de tal sorte, que quase se pode afirmar que a cada exibição a peça se recria: uma sucessão de variantes em que muitos colaboram, cada um por sua vez, sem lhe pôr assinatura»³. No longo trânsito por que passa se vai tornando anónima até perder de todo o seu autor de origem.

Literatura popular é, pois, a que corre entre o povo, a que ele cria, e a alheia de que gosta e adopta.

Povo, mas que povo? a parte da população economicamente menos favorecida de todos os tempos, o *Laôs* dos gregos, a *plebe, vulgus, turba* dos romanos, a «arraia miúda», o «comum povo» de Fernão Lopes, o *populo minuto* da Idade Média italiana, a gente serva ou livre, mas sem terra, sem direitos políticos, os assalariados dos campos e das cidades, sujeitos à exploração dos senhores feudais, aqueles de quem Álvaro de Brito, no século XV ou XVI dizia:

Non devemos ser comuns
senam para Deos amarmos
e servirmos,
non sejamos todos uns
em ricamente calçarmos
e vestirmos.⁴

O *povo popular* em designação corrente no século XVII, os pobres por oposição aos ricos, a gente da rua, de meia tigela, por oposição à gente da alta, à gente fina e de boas famílias na gíria de hoje, o Zé-povinho ou pagante, os outros em relação a nós, em suma. E sobre serem pobres, ainda massa analfabeta e apoucada de espírito.

É conhecido o juízo de La Bruyère (século XVII): «Le peuple n'a guère d'esprit et les grands n'ont point d'âme»; e o da Marquesa de Lambert (1647-1738): «J'appelle peuple tout ce qui pense basement et communément».

Classe assim julgada que literatura havia de criar senão uma baixa, tosca, grosseira e risível literatura? É com tal desamor que se lhe têm referido críticos e comentadores da Idade Média até hoje. E nem os românticos que a trouxeram a um primeiro plano de suas preocupações literárias a souberam justamente apreciar.

O trovador português Martim Soares, da primeira metade do século XIII, censura um seu colega «porque os cantares deste agradavam ao público popular e não ao dos trovadores e das damas».⁵

³ *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, do Autor, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, 2ª edição, p. 10.

⁴ *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, edição de Mendes dos Remédios, tomo 1, pp. 232-233, citado por Vitorino Magalhães Godinho...

⁵ *Para a História da Literatura Popular...*, p. 26.

Análoga atitude manifesta Afonso X, na segunda metade do mesmo século, ao ter por vil a arte dos jograis, que, com seus cantos e narrativas, divertiam o povo por feiras, festas e romarias.

No século XV o Marquês de Santillana, historiador da poesia peninsular, «acoima de ínfimos quantos poetizam para a plebe»: «Ínfimos son aquellos que sin ningun orden, regla ni cuento hacen estos romances e cantares de que las gentes de baxa e servil condición se alegran».⁶

É bem conhecido o desprezo dos humanistas pelo *vulgo errante e profano*. Gil Vicente, que trovava ao modo do povo deve ter incomodado muito os homens de bom saber que na corte o ouviam, e, segundo parece, o estimável, honesto e austero Sá de Miranda.

No século XVII D. Francisco Manuel de Melo, para quem a poesia era uma arte de agudeza, destinada a mancebos, damas e ociosos, repreende Lope de Vega por sua «facilidade» e «alguns descuidos ou humildades de seus livros»⁷. E o curioso é que de Lope sabemos que, por 1615, «escreve um memorial ao rei pedindo-lhe «que no se vendan copias por las calles» e adivinha-se nas suas palavras, para além de um orgulho explicavelmente ferido pelo uso indevido que se fazia do seu nome, fazendo-o figurar como autor de romances que se vendiam em folhetos de cordel, uma preocupação pela influência que essa vivíssima literatura, que ele ataca, podia exercer na actividade literária de escritores, livreiros e leitores, quer dizer, no que ele considerava a literatura oficial, as letras».⁸

E o que mais admira é que um operoso colector de romances como foi Agustín Durán (1793-1862) possa ter escrito a respeito deles: «Este cenegal de corrupción, de falsa ciencia y de fe extraviada sirvió de materia a los romances que los ciegos empezaron a propagar desde mediados del siglo XVII, y que simpatizan tanto con el vulgo alucinado, que constituyen su catecismo, su encanto, sus delicias, y puede decir-se que basta su unico modelo ideal y su verdadero retrato»⁹.

Difícil de conceber tamanho desprezo pelo povo e pela arte que é capaz de realizar, em seu parecer tão destituída de saber quanto moralmente perigosa.

Dissemos que nem os românticos, que trouxeram para o mundo oficial das letras a arte verbal do povo a souberam justamente apreciar.

Em Portugal foi Garrett quem primeiro se aplicou à sua recolha e estudo. A uma literatura contaminada, pervertida pela influência de Gregos e Romanos, quis ele substituir uma outra genuinamente nacional, que na voz do povo e em textos medievais encontrasse o caminho de renovação.

«... o verdadeiro Portugal... o da Idade Média e o elemento vivo da nação - o povo - eram bastante ricos para alimentar uma renovação literária; bastante, pois, evocar a nossa sociedade medieval, com todo o vigor de suas forças criadoras, com todo o pitoresco da sua vida e toda a sua revelação das essências da raça, bastaria auscultar o

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ *Para a História da Literatura Popular...*, p. 27.

⁸ M. C. Garcia de Enterría - *Literaturas Marginadas*, Madrid, Editorial Playar, 1983, pp. 139-160.

⁹ Julio Caro Baroja - *Ensayo sobre la Literatura de Cordel*, Madrid, Revista de Occidente, 1959, p. 22.

bater juvenil do coração popular, aproveitando os seus contos, as suas lendas, as suas músicas, para que uma literatura realmente portuguesa se criasse e se produzisse obras que nada ficariam a dever às clássicas», como exemplarmente escreve mestre Agostinho da Silva¹⁰. E Garrett não foi só pregoeiro desse movimento renovador, mas seu executor. Recolheu textos populares, publicou o primeiro grande romanceiro português, e sobre poesia compôs poesia. Uma literatura não se renova, porém, imitando e o poeta, o genial narrador só foi grande, quando foi ele mesmo.

Sua admiração, como a de seus continuadores, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcellos, entre outros, positivistas de nome mas românticos de essência, sua admiração, dizia eu, pela poesia do povo, não foi incondicional. Espontaneidade, pureza de inspiração, força emocional, sim, mas a poesia perfeita exigia saber que o povo não tinha e a sua, rude, formalmente imperfeita, carecia de correcção, de aperfeiçoamento. Por outras palavras, em seu conceito, uma poesia popular e uma poesia artística, como se à primeira faltassem as regras, as técnicas de que a arte se acompanha.

Ora não há poesia sem arte e a do povo só se nega ou se tem por simples, porque se ignora ou mal se conhece. O homem do povo, como o intelectual de gabinete utilizam os mesmos instrumentos na elaboração poética: palavras, inspiração e técnicas. E estas, se a escola as ensina, também de ouvido se aprendem e consciente ou inconscientemente se aplicam; o processo poético é idêntico tanto no vulgo como no não vulgo. Supor o povo a cantar, como se seus versos lhe saíssem espontânea, instintivamente, sem estudo, sem a lucidez intelectual que preside a toda a criação artística é erro que só à ignorância, à alienação do quotidiano popular se deve.

O poema que vem da boca do povo precedeu-o, por vezes, longa meditação. Na rabiça do arado ou no trabalho oficinal, vai o espírito organizando a peça literária que a voz ou as poucas letras reproduzem.

Outra dicotomia corrente é a de literatura popular e literatura erudita. Uma de homens de saber, de longa informação escolar, outra de quem não alcançou a intimidade dos livros. À ciência do povo chama-se-lhe sabedoria, conhecimento empírico que lhe não dá para conhecer as verdadeiras causas dos fenómenos que observa, um empirismo bruto que o confina a uma limitada actividade intelectual, como se um saber profundo se não alcançasse no livro aberto da natureza, no do convívio dos homens, na experiência do quotidiano.

Literatura popular e literatura culta é antinomia igualmente falsa. Não há gente com cultura e sem ela. Tem cada classe a sua, que diverso condicionalismo histórico, social e económico explicam. Não há uma baixa ou ínfima cultura e uma alta ou superior. Ainda aqui anda a falsa ideia de que só o ensino instrui, noção clássica e escolar de cultura. Esta é tudo o que se aprende do nascer ao morrer, o conjunto das tradições sociais e este conceito antropológico nos salva de errados juízos de valor.

O que está por definir vigorosamente é o que é próprio de uma e outra cultura, o que pertence ao povo e o que não é dele, para além do que é comum e que são as constantes do comportamento humano. A esse resultado havemos de chegar, quando em diversidade e profundidade se conduzir a análise etnográfica. Sem essa informação de

¹⁰ *Doutrinas de Estética Literária por Almeida Garrett*. Prefácio e notas de Agostinho da Silva, Lisboa, 1938, p. 20. Textos literários editados pela revista *Seara Nova*.

base não é possível caracterizar minimamente cultura de classe e cultura nacional e nem em toda a sua extensão o que é universal no homem.

Diz-se literatura popular e subentende-se uma outra que não carece de adjectivo para se qualificar. E este contém, quer queiramos, quer não, um sentido depreciativo. Popular é algo de inferior, de menos pensado, de menos profundo, e de tal modo que o adjectivo passa até a ter um sentido metafórico e usado para assinalar a referida inferioridade. De uma ideia superficial, de pouca valia, se diz que é popular, independentemente de a produzir ou não o povo.

A literatura do vulgo tem sido considerada até hoje como uma literatura de segunda ordem, de segunda classe - até a designam de sub-literatura, infra-literatura, para-literatura. Raras as escolas que a ensinam, que a analisem em profundidade, que procurem estabelecer, por exemplo, as leis por que se regula a poética popular e que enunciem os recursos estilísticos que esteticamente a valorizam. Métrica, multiplicidade de rimas e o lugar que lhes convém, estrofes, encadeamento de ideias que não sobrem nem falem, tudo isso que a poesia dita culta exhibe igualmente caracteriza a sua irmã popular.

E não estamos nós, portugueses, atrasados em relação ao resto do mundo. Por toda a parte a mesma rejeição. Das histórias da literatura está, em geral, ausente a arte verbal do povo. E se podemos apontar, na Península, a excepção das histórias da literatura espanhola isso só se observou em relação a um único género, o do romanceiro peninsular. A seu estudo se applicou, com devoção e pela vida inteira, um homem de prestígio e de génio, mestre incomparável da História do seu povo, D. Ramón Menéndez Pidal. E foi quanto bastou para que o romance chegasse às referidas histórias. Não assim em Portugal, onde na recolha e estudo de romances populares fomos até precursores - não se esqueçam Garrett e seus continuadores - mas todo o seu labor, entusiasmo e saber não puderam vencer o exclusivismo de um velho e persistente aristocratismo literário.

Minha breve comunicação teve um propósito: o de demonstrar que a arte verbal do povo tem sido votada a repreensível abandono, se não desprezo. Um de seus ramos, e não o menor, tem sido mesmo explicitamente posto à margem, que outra coisa não significa o nome que se lhe dá, o de literatura marginal. Na Faculdade de Letras de Lisboa até já se ensinou a disciplina de Literaturas Marginais. A que atribuir, então, tal indiferença, semelhante rejeição? Suponho que, fundamentalmente, à distancia que separa do povo os homens de letras. E ainda aqueles, que nele nasceram cedo lhe voltaram as costas, fechados no novo estrato social a que transitam, que os recebe, gratifica, protege. E assim se vão perdendo valores essenciais ao conhecimento do homem e das sociedades.

Como reconstituirá o historiador o passado sem recorrer à lição que os textos populares dão? Como há-de prescindir de uma comunicação directa e autêntica tantas vezes arredia da documentação dos arquivos? E o psicólogo, o filósofo como hão-de erguer suas construções? E como achar as coordenadas que definem a identidade de uma nação sem a voz do povo, que é afinal tudo o que fomos, somos e seremos?

Para remate deste meu discurso aqui vos deixo dois excelentes exemplos da nossa literatura popular. Trazem a assinatura de um poeta obscuro, como tantos outros que a lei do eterno esquecimento há-de sepultar, já falecido e natural da freguesia de Querença

do concelho de Loulé e que se chama Manuel da Silva Varejota. Primeiro uma profunda lição de filosofia, que agora não comentaremos, depois os últimos ecos de um lirismo romântico de fim de século:

Eu na terra fui nascido
E eu na terra fui criado,
A terra me há-de comer
Depois de ser sepultado.

A terra é a minha mãe,
Não no posso duvidar,
E para esta me criar
Tudo da terra me vem,
Eu à terra quero bem,
A terra bem me tem querido,
Eu na terra tenho vivido
E na terra é que hei-de ter fim,
Sei que a terra que é assim,
Eu na terra fui nascido.

Eu na terra é que semeio
De todo o meu alimento,
Da terra tiro o sustento
E eu na terra é que passeio;
Da própria terra me veio
Água p'ra ser baptizado,
A mesma terra me tem dado
Tudo quanto me é preciso,
Tenho pena, se a terra piso
E eu na terra fui criado.

Deus à terra me mandou
Com o uso da razão,
A terra me deu o pão
E o pão é que me criou;
Ao dispor da terra estou,
visto na terra viver;
A terra me há-de valer
Enquanto nela for vivendo
E, depois, quando morrendo,
A terra me há-de comer.

O corpo da criatura
É só terra e nada mais,
Os nossos restos mortais
Estão sujeitos à sepultura;
Isto é a verdade pura.
Tudo na terra é criado,
Depois torna ao mesmo estado,
Visto na terra viver,
E a terra me há-de comer
Depois de ser sepultado.

Manuel da Silva Varojota, sítio dos Funchais,
f. de Querença, c. de Loulé.
Colector: Manuel Viegas Guerreiro

Cobre-me o corpo com rosas
Quando eu estiver no caixão,
Das mais lindas e viçosas,
Põe-mas sobre o coração.

Amor, quando eu morrer,
Não chores a minha morte,
Quem no mundo não tem sorte,
Só no Céu pode viver.
Não te posso pertencer,
Por suas leis rigorosas,
Sinto as garras vigorosas
Da morte que me sorri
Quando souberes que eu morri,
Cobre-me o corpo com rosas.

Já pouco tenho de vida,
Deixa encostar-me ao teu peito,
Padece por teu respeito,
Adeus, adeus, minha querida.
Não fiques entristecida,
Não sintas por mim paixão,
Canta, alegre, uma canção,
Em memória do meu fim,
E adepois reza por mim,
Quando eu estiver no caixão.

Não tenhas pena de quem
No mundo só padeceu,
Reza por mim, porque eu
Já por ti rezei também.
Ora por mim, quando, além,
Eu fizer parte nas lousas,
Ergue as tuas mãos mimosas,
Suplico-te, a meu lado,
E deita de flores um punhado
Das mais lindas e viçosas.

Adeus, terra, minha amada,
Adeus, noites de luar,
Adeus, mãe, adeus, meu lar,
Adeus, vida amargurada.
Relembra a noite estrelada
Da nossa conversação,
Quando trazias na mão,
De flores um raminho,
E te disse muito baixinho,
Põe-mas sobre o coração.

Manuel da Silva Varejota, sitio dos Funchais,
f. de Querença, c. de Loulé.
Colector: Manuel Viegas Guerreiro